

O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: REVELAÇÕES VINTE ANOS DEPOIS(*)

ARTHUR PEREIRA E OLIVEIRA FILHO

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1944-45) o Governo brasileiro fez uma série de gestões no sentido de obter um lugar como membro permanente do Conselho de Segurança da nova Organização das Nações, que então se formava. Essa pretensão teve, de certa forma, o apoio do Governo dos Estados Unidos da América, cujos representantes diplomáticos, as conferências de cúpula com a União Soviética e a Grã-Bretanha consideraram da possibilidade de incluir o Brasil entre os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Devido a oposição da União Soviética e a da Grã-Bretanha, tais pretensões não se concretizaram.

Por outro lado, entretanto, o Governo dos Estados Unidos da América colaborou, decididamente, para a inclusão do Brasil como membro não permanente daquele Conselho. Esses esforços foram coroados de êxito na primeira eleição para o Conselho de Segurança, realizada em Londres, em 1946, onde o Brasil foi eleito membro não permanente junto com outros cinco países.

Uma interessante documentação sobre esse período foi publicada, em 1966, no volume I do *Foreign Relations of the United States*, editado pelo Departamento de Estado desse país. *Foreign Relations of the United States* é uma coletânea de documentos sobre as relações exteriores dos Estados Unidos da América, cuja publicação anual corresponde sempre a um período de 20 anos atrás. Os princípios que orientam a compilação e a edição do *Foreign Relations* estão estabelecidos no Regulamento do Departamento de Estado, 1350, de 15 de junho de 1961, que é, na verdade, uma revisão da ordem aprovada em 26 de março de 1925, pelo Senhor Frank B. Kellog, então Secretário de Estado. Segundo esse regulamento, a publicação do *Foreign Relations of the United States — Documentos Diplomáticos —* constitui um registro oficial da política exterior dos Estados Unidos da América.

Com o objetivo de melhor ilustrar os leitores de nossa Revista, transcrevemos, abaixo, trechos da correspondência diplomática do Governo americano, durante o ano de 1944, relativa à situação do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. As páginas são do citado “*Foreign Relations of the United States*”, 1944 - Vol. I.

Reunião do Conselho Diretor, Dumbarton Oaks, 28 de agosto de 1944.

Participantes: Sir Alexander Cadogan e Sr. Gladwin Jebb, do grupo britânico.

Srs. Stettinius, Dunn e Pasvolsky, do grupo norte-americano.

Embaixador Gromyko, Sr. Sobolev e Sr. Berezkhov, do grupo soviético.

Sr. Hiss, também presente, como secretário.

Sr. Stettinius declara que, no futuro, talvez seja considerada a admissão de um sexto membro permanente no Conselho, possivelmente um país latino-americano, no caso o Brasil.

Por outro lado, afirma que, no momento, o grupo norte-americano não está fazendo nenhuma proposta definida. Contudo, levando-se em consideração o lugar de extrema importância que o Brasil ocupa nas relações entre este hemisfério e o resto do mundo, a questão poderia vir a ser levantada e debatida algum tempo mais tarde.

A seguir, discutiu-se quantos membros não permanentes deveriam existir no Conselho. O grupo norte-americano demonstrou-se favorável a seis permanentes e seis não permanentes, ou talvez cinco não permanentes. O Sr. Pasvolsky disse que, se a duração do mandato dos membros não permanentes fosse de dois anos, seria aconselhável ter um número divisível, para que um número igual pudesse ser eleito todos os anos. Sir Alexander Cadogan concordou.

P. 743 - 28 de agosto de 1944

Trechos do Diário Pessoal do Subsecretário de Estado (Stettinius). Reunião com o Presidente Roosevelt. Brasil.

Relatei ao Presidente que havíamos levantado a questão de um lugar permanente para o Brasil no Conselho de Segurança, que o grupo soviético e o britânico se opuseram e que pressionar ainda, a esta altura, não seria aconselhável. O Presidente, finalmente, concordou em não incluir o Brasil na minuta inicial, mas que uma cláusula geral deveria ser incluída na proposta, de maneira a deixar uma porta aberta para que, trabalhando com Stálin e com o Primeiro-Ministro britânico, ele pudesse, mais tarde, voltar a tocar no assunto, antes do início do funcionamento da Organização.

P. 758 - 31 de agosto de 1944

Trechos do Diário Pessoal do Subsecretário de Estado (Stettinius). Reunião com o Presidente Roosevelt.

Entreguei ao Presidente o memorando sobre o Brasil, preparado por Pasvolsky e Dunn. A princípio, ele não gostou, mas depois concordou.

(O memorando recomendava que não pressionássemos por um lugar permanente para o Brasil, no Conselho de Segurança). Expliquei ao Presidente que o Secretário tinha um interesse pessoal na questão e que poderiam revê-la talvez na próxima semana. O Presidente declarou que isso era importante porque, no futuro, ele poderia querer propor um lugar para um país islâmico e que o Brasil era um trunfo escondido para uso posterior.

Conversação telefônica com o Sr. Cordel Hull

Conversando por telefone com o Sr. Cordel Hull, desculpei-me por não ter podido rever, com ele, os memorandos sobre o Brasil e a França. Discutimos os dois casos pelo telefone. Ele pareceu não ter entendido direito o memorando sobre o Brasil. Todavia, ficou satisfeito com a parte da França. Depois que ele fizer um estudo mais apurado do memorando, voltarei à questão para saber se está de acordo em deixar o assunto nessa base.

Nota ao pé da página (47).

O Sr. Stettinius anotou em seu diário, em 1o de setembro, com referência ao seu encontro com o Secretário:

Visitei o Secretário, com o Sr. Hackworth presente. Li para ele nossos memorandos ao Presidente sobre o Brasil e a França, discutidos ontem na Casa Branca. Aprovou ambos, tendo comentado especificamente sobre o memorando do Brasil. “É uma boa idéia e acho inteiramente correto prosseguir dentro desta fórmula”.

P. 764 - Washington - 3 de setembro de 1944.

Memorando do Subsecretário de Estado (Stettinius) ao Secretário de Estado.

Número de lugares permanentes no Conselho de Segurança.

O grupo de planejamento concordou em que o Conselho deve ter onze membros e que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a URSS, a China, e, no devido tempo, a França, devem ter lugares permanentes. Aproveitei para lembrar a Sir Alexander Cadogan e ao Embaixador Gromyko que havíamos levantado a questão de o Brasil vir a ser o sexto membro permanente e que havíamos retirado a proposta em face das posições da URSS e da Grã-Bretanha. Acrescentei, em tom de humorismo, que esperava que a nossa deferência para com as opiniões de outras potências, num assunto que para nós era de importância, servisse de exemplo ou precedente para discussões futuras.

Sugeri, então, que se incluísse no documento uma cláusula geral autorizando, no futuro, um possível aumento do número de lugares permanentes. Sir Alexander Cadogan imediatamente replicou que lamentava ser o primeiro a contrariar o precedente recém-estabelecido, mas que esperava que tal cláusula não fosse necessária. Acrescentou ainda que, se quisesse, no futuro, incluir um sexto membro, seria possível de se recorrer a uma emenda.

P.P 924 e 925 — Washington, 12 de setembro de 1944.

Memorando (resumo) da conversa que o Diretor da Divisão da América Latina (Sr. Norman Armour, ex-Embaixador norte-americano na Argentina) teve com o Embaixador do Brasil em Washington, Sr. Carlos Martins Pereira de Souza, sobre as negociações de Dumbarton Oaks, em 12 de setembro de 1944.

“Fui informado pelo Embaixador do Brasil de que um telegrama de Washington, publicado no Brasil, afirmava que certas repúblicas americanas teriam

concordado em serem representadas pela China, na Conferência de Dumbarton Oaks, e que os Embaixadores do Brasil e do Peru teriam estado presentes numa reunião em que isso fora decidido. Disse o Embaixador não ter podido descobrir a fonte desse boato ridículo e absurdo e que nem a AP nem a UPI tinham enviado o citado telegrama.

A seguir, o Embaixador explicou as suas dificuldades e as de seu governo, advindas, sobretudo, de completa ignorância em que são mantidos os representantes dos países latino-americanos quanto aos progressos das negociações de Dumbarton Oaks.

Explicou também que o Presidente Getúlio Vargas e o Ministério das Relações Exteriores estavam muito embaraçados por terem que admitir que só sabem o que sai através da imprensa e que, provavelmente, até o Governo argentino está tão informado quanto eles. Assim, o Embaixador solicita ser informado, pelo menos em linhas gerais, sobre o andamento das negociações.

Esclareci ao Embaixador brasileiro que esse assunto estava em pauta e que já se estudava um meio de manter os países latino-americanos bem informados. Pelo menos dois telegramas informativos haviam sido enviados a todas as missões diplomáticas norte-americanas.

Acrescentei que faria com que cópias desses telegramas chegassem a suas mãos, além de solicitar do Secretário de Estado alguma informação adicional. Informei-o também da intenção do Secretário de Estado em promover uma conferência com os chefes da Missão Latino-americana em Washington, a título de informação e que, uma vez concluídas as negociações e aprovado o documento, todos os governos, inclusive o do Brasil, seriam informados a respeito”.

Uma nota ao pé da página explica que foi omitida da publicação do memorando a parte relativa à demissão de Oswaldo Aranha, que havia deixado o Itamaraty no dia 22 de agosto.

Esse memorando é o primeiro documento de uma série que resume as conversações entre as autoridades norte-americanas e os representantes dos países latino-americanos, em Washington, a respeito dos planos dos Estados Unidos sobre a futura organização internacional. Nesse encontro, a participação do representante do Brasil é muito discreta, embora o Embaixador do Brasil tenha sido incluído na comissão de cinco representantes incumbidos de coordenar o ponto de vista dos países latino-americanos a respeito do anteprojeto de carta das Nações Unidas.

P. 932 - Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1944

O Encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Sr. Walther J. Donnelly, em carta dirigida à Divisão da América Latina no Departamento de Estado (19 de outubro de 1944), informa que o Ministro Interino das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Leão Velloso, continua insistindo na participação do Brasil no Conselho de Segurança. Quando da inclusão da França entre os Membros Permanentes, o Presidente Roosevelt teria afirmado que, caso os Estados Unidos aceitassem a França, teriam que aceitar também, o Brasil.

Acrescenta, outrossim, que o público e a imprensa brasileira mantêm uma atitude indiferente com relação às propostas de Dumbarton Oaks, devido a omissão

de qualquer espécie de referência ao Brasil, que é por eles considerado como o maior e mais importante país da América, depois dos Estados Unidos.

P. 952 - Washington, 18 de dezembro de 1944.

Telegrama enviado pelo Secretário Stettinius à Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, dando a posição final do Governo americano sobre o assunto.

“Os Estados Unidos da América estão dispostos a apoiar o pedido brasileiro de um lugar não permanente no Conselho de Segurança, mas não apoiarão o pedido para um lugar permanente. Uma das razões dessa decisão é que as possibilidades de vitória sem ajuda da União Soviética são negligíveis. O esforço seria não apenas infrutífero, mas enfraqueceria a posição americana em relação a outros assuntos.

Há oposição definida quanto ao aumento do mínimo de membros do Conselho, acima dos onze atuais, que é composto de cinco membros permanentes (Estados Unidos, Grã-Bretanha, China, França e URSS) e 6 não permanentes. Para aumentar o número de membros permanentes seria necessário reduzir o número dos não permanentes, com o sacrifício de outros interesses vitais. A seleção dos cinco membros permanentes tomando-se por base a sua capacidade para, caso haja oportunidade, manter a paz em qualquer parte do mundo, inclusive no Extremo Oriente. Essa capacidade é medida pelas suas forças navais, aéreas e terrestres, além de facilidades de transporte durante o período subsequente ao término das hostilidades. O telegrama concluía pedindo ao Embaixador no Rio de Janeiro:

“Informe, por favor, se o Brasil ficaria satisfeito com o apoio americano para um lugar não permanente no Conselho de Segurança”.

P. 952 - Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1944.

Telegrama do Encarregado de Negócios no Brasil (Donnelly) ao Secretário de Estado.

O Governo brasileiro prefere, obviamente, um lugar permanente no Conselho de Segurança, mas acredito que se contentaria com a obtenção de um dos primeiros lugares não permanentes.

Esse telegrama é o último documento que aparece no Volume I a respeito da pretensão do Brasil. Aparentemente, ficou encerrado o problema com a promessa de que o Brasil seria eleito (como de fato foi) para um dos lugares não permanentes do Conselho de Segurança, na primeira eleição, que teve lugar em Londres, em 1946.

Os documentos mais importantes sobre a pretensão do Brasil a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU aparecem nas páginas 737, 738, 739, 744, 759 e 765. Aí estão resumidas as conversações dentro do próprio Governo norte-americano e as negociações infrutíferas para obter a concordância dos representantes da Grã-Bretanha e da União Soviética a idéia de reservar um lugar permanente para o Brasil no Conselho de Segurança.

RESUMO

O documento registra os esforços desenvolvidos pelo Governo brasileiro para alcançar a condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a partir do final da II Guerra Mundial. Os apoios e as oposições encontradas pelo Brasil também foram relatadas. O Governo dos Estados Unidos proporcionou apoio decisivo para a inclusão do Brasil como um membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal esforço foi coroado de êxito por ocasião da primeira eleição do CSONU, realizado em Londres, em 1946, quando um grupo de seis países, incluindo o Brasil, foi eleito.

ABSTRACT

The document tells how the Brazilian government developed efforts to achieve the condition of a permanent member of the United Nations Security Council, upon ending the II World War. Supports and oppositions to the Brazilian intentions were also related.

The United States Government provided decisive support to include Brazil as a non permanent member of the United Nations Security Council. Such endeavour was crowned during the first election to the UNSC held in London, 1946, when a group of six countries - including Brazil - were elected.

(*) O presente texto foi escrito em fins dos anos 60 e publicado na Revista Brasileira de Política Internacional (n.º 49/50 de março/junho/1970, pp. 131-136) em edição onde a Organização das Nações Unidas era o tema em destaque.